

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

À Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (Sdcom)
Secretaria Executiva da Camex (SE-Camex)
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint)
Ministério da Economia.

Ref: Manifestação sobre a proposta de portaria SECEX de Investigações de Subsídios e Medidas Compensatórias

A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - ABIMAQ**, por meio deste ofício, vem apresentar a seguir suas contribuições à consulta pública sobre proposta de Portaria SECEX relacionada às investigações de subsídios e medidas compensatórias publicada por meio da Circular nº 38/2021.

1. Da contribuição financeira - Art. 127

Em face da aprovação de um mandato negociador com o Vietnã, país que entre 2017 e 2019 foi o terceiro maior alvo de investigações de subsídios e medidas compensatórias pelos membros da OMC, traz preocupações quanto à efetividade dos mecanismos de combate às práticas desleais de comércio existentes no Brasil. Tendo como referência a experiência dos Estados Unidos, que aplicaram medidas compensatórias ao país asiático com base na interpretação de que práticas de manipulação cambial podem ser qualificadas como subsídios, entendemos que a instituição de instrumentos semelhantes pode ser desejável em nosso sistema de defesa comercial. Ainda que não exista previsão sobre o enquadramento de práticas de manipulação cambial como subsídios segundo o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC, sugerimos que o tema seja endereçado no dispositivo que trata da caracterização de contribuição financeira.

2. Aplicação simultânea de medida antidumping e a medida compensatória - Art. 129

Embora tenhamos a clareza de que a metodologia proposta na minuta de portaria consubstancia o entendimento jurisprudencial do Órgão de Solução de Controvérsias

da OMC, como no caso US – Anti-Dumping and Countervailing Duties (DS379), existe o receio, por parte do setor de máquinas e equipamentos, de que a positividade dessa metodologia, na prática, tenha efeitos negativos. Em vista da recente alta nos preços de matérias-primas do setor e da concentração de medidas da aplicação de direitos antidumping para produtos de setores localizados a montante na cadeia produtiva, manifestamos nossa preocupação quanto aos potenciais efeitos da regulamentação desse entendimento. A principal preocupação é a de que o estabelecimento desse dispositivo resulte no estímulo à aplicação de medidas compensatórias sobre produtos sujeitos à direitos antidumping, intensificando a alta de preços e a escassez de matérias-primas no mercado nacional. Apesar de cientes de que o texto da portaria estabelece os critérios apropriados para o cálculo das medidas de defesa comercial de modo a evitar que ambas neutralizem a mesma situação de dumping ou de subsídios, valemo-nos da presente consulta para externar riscos que antevemos sobre a competitividade de setores industriais localizados a jusante na cadeia produtiva.

3. Simultaneidade de revisões por alteração de circunstâncias e de final de período - Art. 260 § 3º

Em nosso entendimento, é preciso que o dispositivo exponha com maior grau de detalhamento as hipóteses em que poderá ocorrer a condução das revisões de forma simultânea ou combinada, bem como dos critérios que serão objeto da análise nestes casos.

4. Indicadores de desempenho para indústria fragmentada - Art. 118 § 1º

Na percepção da ABIMAQ, a inclusão de dispositivos contemplando a indústria fragmentada na minuta de Portaria é um indicativo de que esta Subsecretaria está atenta às particularidades desta parcela da indústria e das inerentes limitações à sua utilização de instrumentos de defesa comercial. O estabelecimento de dispositivos para a indústria fragmentada é positivo e certamente ampliará o acesso ao mecanismo de subsídios e medidas compensatórias.

Referente ao Art. 118 § 1º, no caso das indústrias fragmentadas, entendemos que, devido à sua natureza, não é simples, e por vezes sequer possível, analisar todos os indicadores presentes no artigo 15.4 do Acordo de Subsídios e Medidas



Compensatórias, lembrando que o próprio texto do acordo prevê que essa é uma lista não exaustiva. Tal como se encontra na minuta de portaria submetida à consulta pública, a autoridade investigadora antecipa a visão da dificuldade em se obter estes indicadores das indústrias fragmentadas e autoriza a apresentação de fontes de dados secundários.

Sob a nossa percepção, eventuais propostas de redação alternativas, que contenham como sugestão a apresentação de dados primários de somente uma empresa para determinados indicadores não devem ser consideradas. A apresentação de dados primários de somente uma empresa para determinados indicadores não é capaz, em nosso entendimento, de reproduzir a realidade de um setor fragmentado. Pelo contrário, a análise dos dados primários de uma única empresa de um setor fragmentado pode gerar distorções indesejáveis e que certamente afetariam a correta análise dos indicadores de desempenho do setor.

Entendemos que a análise de todos os indicadores pela autoridade investigadora no exame de impacto das importações subsidiadas sobre a produção nacional não pressupõe a apresentação de dados sobre a totalidade dos índices econômicos indicadores no Acordo para as indústrias fragmentadas. Nesse sentido, entendemos que a proposta de texto para o artigo 118 é construída de modo a estabelecer que o preenchimento do questionário do pleito com a devida justificativa sobre a indisponibilidade de dados seria suficiente para que a autoridade investigadora considere o indicador em sua análise e realize sua análise com base nos indicadores relevantes.

**

Reiteramos que a ABIMAQ coloca-se à inteira disposição para fornecer qualquer informação adicional.

Atenciosamente,

Patricia Gomes

Diretora-Executiva de Mercado Externo

Natália Siqueira

Gerente-Executiva de Mercado Externo